



O IMPRESSO ESCOLAR À PRIMEIRA VISTA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS GRÁFICOS EXTERNOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DE SERGIPE (1973-2007)

Hermeson Alves de Menezes
hermeson@me.com
(UFS)

Resumo

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre os livros didáticos de história de Sergipe produzidos entre os anos de 1973 e 2007. Procuramos evidenciar a importância das características materiais externas dos livros didáticos de história de Sergipe, considerando duas particularidades do impresso: a primeira é ser um produto planejado – dessa forma, passa pelas mesmas etapas de construção de qualquer outro impresso (observadas logicamente suas especificidades); a segunda é servir de instrumento na aquisição de conhecimentos e habilidades no processo de aprendizagem histórica. A partir das constatações feitas foi possível indagar como foram produzidos, do ponto de vista gráfico-editorial as configurações imediatamente visíveis dos livros didáticos de história de Sergipe (capa, formato, tamanho). Amparado nos estudos de Dondis (2003) e Chartier (1991), analisamos oito livros, buscando verificar as características de produção das capas, número de páginas, formatos e tamanhos dos impressos. A variedade de formas de utilização dos elementos indica que a produção gráfica desses manuais seguiu mais as tentativas experimentais dos editores de arte e designers do que uma teorização acerca dos modos como os elementos gráfico-editoriais podem auxiliar no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Livro Didático. História de Sergipe. Projeto Editorial. Ensino de História.

Introdução

Diante da experiência profissional na área do design gráfico, inclusive com passagem por agências de publicidade, naturalmente nos inclinamos aos estudos sobre os aspectos gráficos dos livros didáticos. As leituras realizadas com o intuito de revisar a literatura referente ao tema possibilitaram a constatação de uma considerável carência de estudos que dessem conta do livro didático enquanto impresso – e não somente dos conteúdos históricos e pedagógicos. Além disso, nos encorajaram a tomar as características materiais desses impressos como objeto de pesquisa, uma vez que nos poucos trabalhos encontrados sobre a temática nos programas de História e de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Educação¹, os aspectos físicos do livro, relacionados ao formato, tipo de papel, fontes, organização das páginas, uso da cor, encadernação e outras referências ligadas ao projeto gráfico dos impressos ainda não receberam a devida atenção.

Nos anais de cinco importantes encontros sobre ensino de história e livro didático no Brasil, entre os anos de 2004 e 2009, encontramos 797 trabalhos que tinham o livro didático como objeto de pesquisa. Apenas dois deles abordavam os aspectos gráfico-editoriais².

Nos encontros nacionais com temáticas variadas no âmbito do ensino de História, o número de trabalhos sobre livro didático é reduzido (variando entre 2,8% a 35,5%), sendo quase inexistente quando se trata da produção material – mesmo dentro de um simpósio dedicado somente ao livro didático³.

Em Sergipe, os artigos de Antônio Wanderley de Melo Corrêa⁴ e de Itamar Freitas⁵ fazem referência à produção didática em nosso Estado, entretanto, as análises concentram-se em aspectos didático-pedagógicos do estudo da história ensinada, não se ocupando da materialidade

¹ Há um considerável número de trabalhos tratando do livro didático como produto editorial, produzido em programas de pós-graduação na área de Comunicação e Design. No entanto, esses trabalhos, via de regra, discutem apenas as características técnicas da produção, não abordando as funções educacionais e, portanto, não foram considerados neste estudo.

² No V Encontro Perspectivas sobre o Ensino de História (2004), num total de 95, três tratavam sobre o livro didático, nenhum abordava o projeto gráfico e/ou a produção material; no VII Encontro de Pesquisadores do Ensino de História (2006), dos 168 trabalhos apresentados, apenas seis tinham como foco o livro didático e, mais uma vez, nenhum sobre o projeto gráfico e/ou a produção material; em 2007, no VI Encontro Perspectivas sobre Ensino de História, 148 trabalhos foram apresentados, sendo 24 deles sobre o livro didático; já no Simpósio Internacional Livro Didático (também em 2007), foram apresentados 156 trabalhos sobre o livro didático (nestes dois eventos, apenas um trabalho em cada um deles tratava do projeto gráfico e/ou a produção material. São os textos de BOCCHINI, Maria Otília. Legibilidade visual e projeto gráfico na avaliação de livros didáticos pelo PNLD. In: Anais do Simpósio Internacional Livro Didático: História e Leitura. São Paulo: USP/FEUSP, 2007. p. 241-258 e MENEZES, Hermeson Alves de. Linguagem visual e aprendizagem: um estudo das soluções gráficas em livros didáticos de História para as séries iniciais do ensino fundamental. Anais do VI Encontro Perspectivas Sobre Ensino de História. Natal/RN: UFRN, 2007); no VII Encontro Perspectivas sobre o Ensino de História (2009), 230 trabalhos foram apresentados, 22 tinham como tema o livro didático e mais uma vez o silêncio sobre as características materiais (Fonte: Anais dos eventos).

³ Embora o Simpósio Internacional Livro Didático não tenha sido um evento exclusivo sobre os didáticos de História, a sua presença no levantamento serve para confirmar o pouco interesse dos pesquisadores sobre a temática no âmbito geral da pesquisa sobre os livros didáticos.

⁴ CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. Didáticos de história de Sergipe: 100 anos. Gazeta de Sergipe, Aracaju, 8, 10, 12, 13 e 20 nov. 1998.

⁵ FREITAS, Itamar. O livro didático de história de Sergipe. Jornal da Cidade, Aracaju, 29-30 jan. 2001.





das obras ou de que maneira foram concebidas como impresso. No Núcleo de Pós-Graduação em Educação – NPGED/UFS, apenas duas dissertações têm o livro didático como objeto, porém não se aprofundam nas análises da produção gráfico-editoriais⁶.

Nas pesquisas que fazem levantamentos sobre a produção acadêmica relativa ao ensino de História⁷ constata-se a lacuna no que concerne às análises voltadas à produção técnica do livro didático. Embora estudos sobre as imagens e o texto e suas relações com o ensino de História venham ganhando terreno, ainda são privilegiados os temas referentes aos usos do livro didático, às metodologias de ensino e aos programas curriculares.

Como bem aponta Thaís Nívia de Lima e Fonseca,

[...] uma característica marcante no campo da pesquisa educacional [...] é a da preocupação com a possível aplicabilidade de estudos sobre o ensino na solução de problemas concretos da educação atual. Uma arraigada tradição na historiografia da educação entende a reflexão histórica como iluminação do passado sobre o presente, mas como lição para o futuro (Lima e Fonseca, 2006, p. 32).

Ou seja, pouco se valoriza estudos que analisam temáticas que parecem “estar alheias” aos problemas do cotidiano educacional – como é o caso da produção material de livros didáticos – tratados como um tema de segunda ordem, em detrimento de análises que buscam um “porto salvador” para alunos e professores na sala de aula.

Dos raros estudos que trataram mais especificamente sobre o tema⁸, os mais representativos são o de Décio Gatti Júnior (2004), *A escrita escolar da História: livro didático e ensino do Brasil (1970-1990)*, no qual são abordados os manuais escolares brasileiros entre as

⁶ Ver os trabalhos de Santos, Claudfranklin Monteiro. *Viajando com Bomfim e Bilac - Através do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2003; e Santos, Vera Maria dos. *A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2004.

⁷ Ver, por exemplo, Lima e Fonseca (2006).

⁸ Dentre os trabalhos citados é importante acrescentar o artigo *Livro didático em dimensões materiais e simbólicas*, no qual Antonia Terra de Calazans Fernandes (2004), a partir de relatos orais, apreende a materialidade do livro didático através da memória de alunos e professores entre as décadas de 1940 e 1970. Os entrevistados recordaram-se dos formatos, modelos (capa dura, pequenos, com gravuras), aspectos físicos (cor, grossura, capa), ilustrações, mapas, quadros e atividades.





décadas de 1970 e 1990; a tese de doutoramento Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar, de Circe Bittencourt (1993), trabalho que faz incursões na produção material dos livros didáticos; a tese de doutoramento de Kazumi Munakata (1997), Produzindo livros didáticos e paradidáticos – na qual o autor dedica capítulo específico para estudar elementos gráficos presentes na diagramação dos didáticos; e, mais recentemente, José Cláudio Másculo (2008), orientado por Munakata, defendeu a tese A coleção Sérgio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de História, com momentos dedicados a revelar as características materiais dos livros didáticos por ele estudados.

Diante desse quadro, julgamos necessário o desenvolvimento de um estudo que levasse em conta as características do livro didático enquanto impresso com ênfase na produção didática para o ensino da história de Sergipe.

Como parte dos resultados apresentados em nossa dissertação de Mestrado⁹, ao longo do presente texto buscamos evidenciar a importância das características materiais externas do livro didático de História de Sergipe, considerando o livro didático como

[...] um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e seqüencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (Freitas, no prelo, p. 76-77).

Dessa definição, inferimos duas características importantes do livro didático: a primeira é ser um impresso planejado – dessa forma, passa pelas mesmas etapas de construção de qualquer outro impresso (observadas logicamente suas especificidades); a segunda é servir de instrumento na aquisição de conhecimentos e habilidades no processo de aprendizagem histórica.

Cabe, portanto, a indagação: os projetos editoriais têm considerado a função desempenhada pelos livros didáticos na aprendizagem? Acreditamos que não, uma vez que as

⁹ MENEZES, Hermes Alves de. Do ponto ao traço: projeto editorial e aprendizagem nos livros didáticos de história de Sergipe (1973-2007). Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2011.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

decisões editoriais são definidas, também, por motivações que ultrapassam o âmbito educacional, tais como a ocupação de uma fatia do mercado editorial com perspectiva de grandes lucros.

Analisamos oito livros didáticos produzidos entre os anos de 1973 e 2007, que se configuram como um manual para o ensino de História¹⁰, foram produzidos para utilização nos anos iniciais do ensino e possibilitaram a identificação e comparação das técnicas de produção gráfica utilizadas¹¹.

Pensando o impresso

De que é feito um livro didático de História? De certo, de narrativas que mereceram, por parte do autor, tornarem-se relatos importantes sobre um determinado período. É feito também de uma metodologia de ensino adequada ao objetivo de fazer com que as narrativas sejam incorporadas ao universo de conhecimento dos alunos. É fato, porém, que as narrativas dos acontecimentos históricos, bem como as metodologias de ensino empregadas no livro didático necessitam de um mecanismo mediador para a sua transmissão. Os acontecimentos eleitos históricos são inseridos em um suporte que fixa materialmente a narrativa. Do mesmo modo, a metodologia de ensino se vale desse suporte para que consiga exercer sua função pedagógica

¹⁰ Estão incluídos os livros que trazem conteúdos distintos de História e de Geografia e os denominados de Estudos Sociais. Os primeiros por fazerem parte de uma prática editorial ainda utilizada, de juntar os conteúdos das duas disciplinas em um único volume, herança, talvez, do período em que as disciplinas História e Geografia perderam a sua autonomia e foram integradas sob o nome de Estudos Sociais. Os livros de Estudos Sociais, embora tratem de conteúdos das duas disciplinas, permite ao pesquisador fazer uma análise de forma distinta.

¹¹ Dessa forma, não são estudadas a Chorografia de Sergipe, de Silva Lisboa e o Quadro Chorográfico de Sergipe, de Laudelino Freire, uma vez que corografias não são livros de história, mas um gênero que descreve aspectos físicos e naturais de determinado local acompanhados de alguns fatos históricos (cf. Freitas, 2007, p. 154-155). Segundo o Dicionário Houaiss, corografia é “uma descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular, num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de código(s), as suas características mais notáveis” (Houaiss, 2001). Ficaram de fora, também, os livros não direcionados à escola ou direcionados a outro nível de ensino – a exemplo de História de Sergipe, de Felisbela Freire, e a Pequena História de Sergipe, de Acrísio Torres de Araújo. Decidimos, por fim, não incluir o livro Meu Sergipe, de Elias Montalvão - único representante do processo tipográfico de produção -, por ter sido publicado com espaço de 57 anos antes do livro posterior, de 1973, inviabilizando, do ponto de vista metodológico, uma análise coerente dos elementos a serem avaliados.





através de uma série de mecanismos que ativem as percepções do aluno através dos elementos textuais e visuais presentes no livro.

Segundo Roger Chartier as

[...] significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes).

Estes, com efeito, não se confrontam nunca com textos abstratos ideais, separados de toda a materialidade: manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido. Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura (Chartier, 1991, p. 178).

Essa característica especial do suporte de transmutar as possibilidades de significado dos conteúdos encerra a possibilidade, também, de reconhecemos inúmeras condições possíveis de dispor esses conteúdos, ampliando consideravelmente seu poder de significação. O próprio Chartier afirma que “os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos” (CHARTIER, 1991, p. 182).

Como todo objeto impresso, o livro didático passa por um processo de produção no qual estão envolvidas as etapas de projeção¹², preimpressão¹³, impressão¹⁴ e acabamento¹⁵, definidas a partir de um projeto editorial que envolve as decisões de editores e autores e que tomam corpo a partir do que conhecemos como projeto gráfico¹⁶.

¹² Projeto gráfico, diagramação e/ou layout, artefinalização (Oliveira, 2002, p. 10).

¹³ Digitalização de imagens, edição de imagens, provas de alta resolução, geração de fotolitos, revelação dos fotolitos, provas dos fotolitos (idem).

¹⁴ Montagem da matriz e imposição das páginas, gravação das matrizes, revelação das matrizes, provas das matrizes, provas de impressão, impressão (ibidem).

¹⁵ Dobras, revestimentos, vernizes, refiles, cortes especiais e outros, encadernação, empacotamento (ibidem).

¹⁶ Com a introdução do computador nas artes gráficas, algumas fases em cada etapa acabaram por se fundir ou tornaram-se desnecessárias, como é o caso da geração de fotolitos na etapa de preimpressão. Equipamentos gráficos informatizados permitem que a diagramação seja impressa sem a necessidade do fotolito, enviando o trabalho direto do computador na qual foi finalizada para a impressora. Porém, o processo tal qual descrito ainda é padrão em boa parte da indústria gráfica - em especial nas empresas que não dispõem de recursos financeiros para investir em novos equipamentos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O projeto gráfico corresponde ao planejamento sobre a distribuição dos elementos utilizados em um impresso, de forma a garantir um resultado esteticamente harmonioso, visualmente legível e funcionalmente eficaz. Nele são definidas as características de formato, número de páginas, utilização de imagens, forma de diagramação, uso de cores, tipo de encadernação, acabamento etc. Nos impressos escolares, o projeto gráfico, além de suas funções estéticas, deve considerar os objetivos do processo de ensino e aprendizagem.

Os livros didáticos de história de Sergipe têm ainda a característica de ferramenta de ensino de uma experiência histórica com tentativas de demarcação de um universo próprio, singular e diferenciador de identidades. Nestes manuais, se busca ensinar aos alunos atributos definidores de uma identidade regional – culinária, festas, folclore, artesanato, modos de viver etc. – que diferenciam determinado grupo social dos demais, mesmo que pertençam a um país que se convencionou chamar de Brasil¹⁷. Dessa forma, a construção gráfica e distribuição do conteúdo, devem remeter à aproximação do aluno com a história através de processos de percepção que desencadeiem, durante seu aprendizado, a formação dessa identidade.

Em pouco mais de três décadas – entre 1973 e 2007 – foram lançados cerca de três livros a cada década, no entanto, de forma bastante irregular, resultando, dentre outras coisas, na diferença visual imediatamente perceptível entre os livros. É importante salientar, que tais diferenças não foram consideradas do ponto de vista do melhor e o pior, uma vez que nem sempre um recurso avançado de composição resulta em um produto estética e pedagogicamente adequado ao ensino de História.

¹⁷ A discussão sobre o papel do livro didático na formação de uma identidade nacional - e regional - está presente em centenas de textos publicados por inúmeros pesquisadores do ensino de História e não será travada aqui uma vez que foge ao escopo do presente trabalho. Ver, por exemplo: SIMAN, Lana Mara de Castro; LIMA E FONSECA, Thais Nívia de (orgs.). Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.; FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da história local e a construção de identidades. In: Didática e prática de ensino de História. 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2003. p. 153-161.; LEITE, Juçara Luzia. Construção identitária e livro didático regional de História: uma prática geracional de escrita de si. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007. p. 189-197.





Mas, o que é um livro didático de história de Sergipe impresso a partir da segunda metade do século XX? Algo não muito diferente no aspecto material dos livros impressos ainda no século XV, período em que o alemão Gutemberg apresentou ao mundo a prensa gráfica e os tipos móveis¹⁸; nem tão longe dos impressos produzidos no mesmo século XX no restante do país – uma vez que, conforme aponta Laurence Hellewel (2005, p. 605), a indústria gráfica nos estados, imitou ou ficou a mercê do que era realidade nos grandes centros urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Das mudanças inseridas por Gutemberg no século XV, pouca coisa no aspecto do objeto livro mudou: é formado de um miolo – as páginas internas –, envolvido por uma encadernação, geralmente em um material mais resistente. Em relação às divisões de partes, a mesma permanência com pequenas variantes: capa, contracapa, folha de rosto, versos da folha de rosto, índice ou sumário, dedicatória ou agradecimentos, prefácio ou apresentação, introdução ou prólogo, capítulos, conclusões, posfácio, referências ou bibliografia – e nos manuais didáticos – sessões de atividades ou exercícios.

Falar em permanências não necessariamente se refere à imobilidade dos processos de produção desses impressos, uma vez que, embora a tradição do livro imponha suas características gerais, especificamente nas etapas da escrita ao acabamento final, muitas e grandes mudanças ocorreram ao longo do tempo¹⁹. Desde o modo como se compõe o texto original, passando pela produção e uso de imagens, da disposição dos elementos na página, da escolha de formatos e tamanhos, do tipo de papel, do uso de cores, dos processos de impressão e acabamento até as

¹⁸ A utilização de caracteres móveis já era comum entre os fundidores europeus desde o século XIII, porém, é somente a partir do trabalho de Gutemberg que a tipografia adquire realidade técnica e possibilidade de existir efetivamente, daí a importância do impressor alemão (cf. Martins, 2006, p. 135).

¹⁹ De acordo com Martins, a partir do século XIX “é o progresso técnico que vai introduzir na imprensa as suas mais fundas transformações desde o século XV: elas podem se comparar, pela mudança completa e total que representam, modificando, inclusive, a ‘atitude mental’ do homem perante a palavra escrita, a que então ocorrera, provocada pela invenção de Gutemberg. [...] a partir dos meados do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do seguinte, a tipografia se transforma de artesanato em indústria, adquirindo todos os caracteres de uma atividade fabril” (Martins, 1996, p. 226-231).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

possibilidades de uso a partir do suporte material finalizado, o uso de novas técnicas e materiais, ao lado das mudanças estéticas mudaram o perfil dos livros – e dos livros didáticos.

Na realidade, os livros didáticos de história de Sergipe produzidos no período observado apresentam marcantes diferenças visuais e materiais nos permitindo conjecturar que foram produzidos a partir dos recursos técnicos – materiais e humanos – disponíveis às gráficas/editoras no momento da produção do impresso.

Após a seleção inicial das fontes procedemos à análise dos livros a partir de uma ferramenta denominada Matriz de Análise de Projetos Gráficos de Livros Didáticos²⁰. Desenvolvemos essa ferramenta ainda nos estudos iniciais sobre a produção dos livros didáticos de História no país, dentro do Grupo de Pesquisas Sobre Ensino de História – GPEH/UFS, tomando por base estudos realizados pelos pesquisadores Solange Galvão Coutinho e José Fábio Luna da Silva²¹, da Universidade Federal de Pernambuco. A Matriz permite distinguir os elementos que compõe o projeto gráfico dos livros tais como encadernação, número de páginas, dimensões, tipografia, cores, diagramação e imagens, fornecendo informações detalhadas sobre a construção material do impresso. Tabulamos os resultados e referenciamos os elementos ao tipo de processo gráfico utilizado em sua produção.

A análise utilizando a Matriz possibilitou verificar os aspectos materiais do impresso e colher as informações dos projetos gráficos de cada livro. Em um banco de dados digital, preenchemos informações constantes na Matriz e cada elemento foi referenciado ao processo gráfico utilizado em sua execução.

²⁰ Sobre a Matriz, ver MENEZES, Hermes Alves de. Matriz para a análise de projetos gráficos de livros didáticos. In: FREITAS, Itamar (Org.). História regional para a escolarização básica no Brasil: o texto didático em questão (2006/2009). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009. p. 123-136.

²¹ Segundo estes autores, para livros direcionados às crianças, “os aspectos que envolvem a configuração gráfica do conteúdo informacional precisam estar coerentes quanto aos padrões ou recomendações de legibilidade e ergonomia pré-estabelecidas pela literatura especializada”, destacando-se a cor, a tipografia e a imagem pictórica, devendo conter cores luminosas, intensas e contrastantes, tamanhos de fontes adequados à idade o aluno e imagens que exerçam função ativa na leitura, compreensão e desenvolvimento da criança. (Coutinho; Silva, 2006, p. 6-8).





O trabalho nos revelou dois períodos relativamente bem definidos na produção gráfica dos livros de história de Sergipe: a composição mecânica e a composição digital (realizada no computador), com sensíveis traços nas mudanças visuais e na utilização de elementos gráficos específicos em cada período, ambos utilizando a impressão offset²²: os livros produzidos até o início da década de 1980 apresentam características da composição mecânica, ainda sem a utilização de computadores, com limitação no uso de cores, poucos efeitos e/ou tratamento das imagens e tímidos recursos de retícula²³. Já os livros produzidos a partir do final da década de 1980 apresentam características evidentes da utilização de computadores no processo de composição gráfica, com variação na tipografia, uso das cores não só na capa como no miolo do livro e novos efeitos visuais nas imagens, possibilitados por softwares de editoração eletrônica – já indicando o caminho que foi seguido pela produção editorial a partir de então.

A pesquisa se beneficiou das discussões relativas ao alfabetismo visual, defendido pela pesquisadora americana Donis A. Dondis, o qual nos permitiu perceber em que medida os elementos e as opções das técnicas visuais, foram selecionados, combinados, manipulados e têm relação com o significado pretendido (cf. Dondis, 2003, p. 4). Segundo a autora, os artistas gráficos devem observar, durante a construção dos seus trabalhos, alguns preceitos essenciais ao sucesso da transmissão da mensagem pretendida pelos impressos, sejam eles quais forem – folders,

²² Principal processo de impressão a partir da segunda metade do século XX, a impressão offset garante “boa qualidade para médias e grandes tiragens e praticamente em qualquer tipo de papel e alguns tipos de plástico (especialmente o poliestireno). Processo planográfico, originário da litografia, ele faz uma impressão indireta: há um elemento intermediário entre a matriz e o papel, que é chamado de blanqueta. A imagem que está na matriz (que é metálica e é simplesmente chamada de chapa) é transferida para um cilindro coberto com borracha (a blanqueta) e, daí, para o papel. Em resumo: a matriz imprime a blanqueta e esta imprime o papel. O termo offset vem da expressão offset lithography - que, ao pé da letra, significa litografia fora-do-lugar, fazendo menção justamente à impressão indireta (na litografia, a impressão era direta, com o papel tendo contato com a matriz). Na segunda metade dos anos 1990, o offset passou a contar com um aperfeiçoamento fundamental: as máquinas dotadas de sistema CTP (computer-to-press), que permitem a entrada de dados de arquivos digitais diretamente na impressora, onde é feita a gravação das chapas e dispensando fotolitos” (Oliveira, 2002, p. 41-42).

²³ A retícula é uma “chapa de vidro, ou película transparente, em que se acham gravados, de maneira quase imperceptível, pontos, traços ou outros elementos gráficos em quantidade variável de linhas por centímetro quadrado. Colocada em contato com o filme ou exposta à ação de uma câmara fotográfica, enseja a decomposição do original (foto ou desenho) de tom contínuo em pontos para a reprodução dos meio-tons” (Guilherme, 1996, p. 107).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

cartazes, livros, revistas, jornais, livros didáticos etc. – contribuindo para um processo de alfabetismo visual, tal qual o que temos com relação aos textos.

Segundo a autora, na escola ainda persiste “uma ênfase no modo verbal, que exclui o restante da sensibilidade humana, e pouco ou nada se preocupa com o caráter esmagadoramente visual da experiência de aprendizagem da criança”. E completa: “os recursos de comunicação que vêm sendo produzidos e usados com fins pedagógicos são apresentados com critérios muito deficientes para a avaliação e a compreensão dos efeitos que produzem” (DONDIS, 2003, p. 17). Não é de espantar, portanto, que encontremos livros didáticos nos quais os conteúdos pedagógicos são produzidos e dispostos sem qualquer ligação com os elementos visuais. Essa compartimentalização acaba gerando um produto final pouco eficaz, ora destacando os conteúdos pedagógicos, ora ressaltando os conteúdos visuais, nem sempre apresentando harmonia entre ambos.

Em nossa pesquisa privilegiamos também os estudos baseados no que Roger Chartier caracteriza como protocolos de leitura. Uma vez que nos restringimos ao universo de produção dos livros didáticos de história de Sergipe, não abordando os usos do impresso por alunos/leitores, nos detivemos aos protocolos de leitura do autor e do editor. O pesquisador francês ressalta que devemos fazer distinção entre dois conjuntos de dispositivos: “os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões dos editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras” (CHARTIER, 1998, p. 17). Do ponto de vista dos primeiros, está a organização de parágrafos, a utilização de determinado tipo e tamanho do tipo, ou o uso de negrito, sublinhado, itálico; do ponto de vista dos segundos, o formato e o tamanho do livro, o uso de cores, o tipo de papel, também a utilização de determinado tipo e tamanho do tipo, o uso de imagens e até reparações no próprio conteúdo para se adequar ao pretendido.





Os formatos, os tamanhos, a encadernação e as capas²⁴

Na primeira etapa do processo editorial, chamada de projeção (ver nota 12), o projeto gráfico define as características iniciais do impresso, ou seja, o que primeiro é percebido pelo leitor/aluno. As primeiras delas são o formato e o tamanho que o produto final deverá apresentar. De acordo com Oliveira (2002) três fatores estão envolvidos no formato final do impresso: o custo – diretamente ligado ao aproveitamento do papel; a estética – ligado às possibilidades de uso de elementos gráficos que imprimam beleza ao projeto; e a usabilidade – sendo crucial nesse aspecto a utilização de formatos já consagrados pelo uso – a exemplo dos cartões de visita e postais (podemos inserir aí os livros didáticos).

O livro *Sergipe nossa história* (2007), trouxe uma característica inusitada aos livros didáticos sergipanos produzidos até então: o formato “quadrado”. Mas a mudança de forma não é exclusiva deste manual. Na década de 1980, o livro *Vamos conhecer Sergipe*, de Déborah Neves, foi concebido no formato “paisagem”, possibilitando a diagramação de quatro páginas por folha – embora o seu tamanho de 28 X 20 cm se aproximasse, inversamente, dos atuais livros didáticos (20,5 X 27,5 cm²⁵), onde são diagramadas duas páginas por folha. Nesse caso, a forma possibilitou novas maneiras de distribuição do conteúdo.

Como nos esclarece Haslam,

o formato é determinado pela relação entre a altura e a largura da página (no jargão das gráficas editoriais no Brasil a referência ao formato é feita pela largura e depois pela altura). Na indústria editorial, o termo “formato” é algumas vezes usado erroneamente, fazendo referência a um determinado tamanho. Entretanto, livros de diferentes dimensões podem compartilhar de um mesmo formato. Os livros são geralmente projetados em três formatos: retrato, formato cuja altura da página é maior que a largura; paisagem, formato cuja altura da página é menor que a largura; e quadrado. (...) Em termos práticos, a escolha do formato de um

²⁴ As informações sobre a capa do livro *Vamos conhecer Sergipe*, de Déborah Neves não puderam ser coletadas em razão do único exemplar a que tivemos acesso estar sem a capa e sem algumas páginas.

²⁵ Esse tamanho foi adotado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Governo Federal, e tornou-se padrão uma vez que o programa representa, no caso de muitas editoras, a maior fonte de recursos destas empresas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

livro determina o design do modelo que conterà as idéias do autor. (HASLAM, 2007, p. 30).

Uma breve incursão aos exemplares de livros escolares deixa clara a predominância do formato “retrato”, um padrão na indústria do livro que só é rompido com frequência nas publicações de livros de arte ou impressos específicos.

O tamanho de um livro tem relação com o número de vezes em que a folha de impressão original foi dobrada para resultar no livro final, variando à medida que varia o tamanho da folha original²⁶, sendo os mais comuns: in-folio (cada folha de impressão é dobrada em duas, resultando em quatro páginas); in-quarto (cada folha é dobrada em quatro, resultando oito páginas de impressão); in-octavo (cada folha é dobrada em oito, resultando 16 páginas de impressão); in-doce (cada folha é dobrada em doze, resultando 24 páginas de impressão). Outros tamanhos podem ser obtidos a partir da combinação de diversos tamanhos menores. Essa nomenclatura, no entanto, é utilizada hoje apenas para identificar o número de páginas do caderno, não tendo a ver efetivamente com o tamanho do impresso.

Outra forma de definir o tamanho do livro é a partir do formato DIN EN ISO 216, adotado como norma européia em 1975 e derivado do DIN 476 instituído na Alemanha em 1922 pelo Deutsches Institut für Normung²⁷ – daí suas iniciais DIN –, o qual estabelece letras e números para os formatos que vão do A0 ao A10²⁸ (cf. Araújo, 2008, p. 350-351).

No Brasil, os formatos de papel utilizados para a impressão de livros seguem um padrão diferente, sendo os mais comuns para a impressão de livros didáticos o formato Americano (AM), onde se pode imprimir 64 páginas de 14 X 21 cm; o formato Francês, onde se pode imprimir 64 páginas de 13,5 X 20,5 cm; e o formato BB (ou 2B), onde se pode imprimir 32 páginas de 16 X 23 cm (cf. ARAÚJO, 2008, p. 353).

²⁶ A folha original é chamada de in-plano, não sendo dobrada e resultando apenas em duas páginas: o reto e o verso.

²⁷ Instituto Alemão de Normatização.

²⁸ Além da série A, o DIN ISO 216 incorpora séries adicionais e combinações entre séries (B, C, E-A, E-B, etc.) para finalidades variadas, desde a confecção de cartazes a sobrecapas e envelopes.





Do ponto de vista do formato, Araújo ainda esclarece que existem determinados formatos que proporcionam melhor aproveitamento de cada folha e economia nos custos. São eles: 16 X 23 cm, 14 X 21 cm, 21 X 28 cm, 12 X 18 cm e 17 X 24 cm.

Nenhum dos didáticos de história de Sergipe segue um padrão de tamanho –, seja DIN EN ISO 216, seja Americano, Francês ou 2B, seja dos formatos “econômicos”²⁹. Essa diferença expõe o pouco cuidado dispensado à produção dos livros de história de Sergipe e pode se dever a adaptações ao maquinário de impressão das oficinas gráficas – principalmente às mais antigas –, ao despreparo dos profissionais ligados à projeção do livro, ou ainda a erros causados no processo de acabamento dos impressos. Este último fator pode ser verificado nos livros que, embora não estejam exatamente dentro das medidas padronizadas, delas se aproximam por milímetros: é o caso de Vamos conhecer Sergipe, Sergipe nossa história e Sergipe história e geografia.

Atualmente, o tamanho 20,5 X 27,5 cm³⁰ é o padrão utilizado nos didáticos em todos os níveis escolares. Alguns autores, no entanto, são contrários a esta medida alegando que tenderiam a prejudicar a tarefa de leitura, bem como a saúde das crianças por serem livros mais pesados para transportar.³¹ O que ressaltamos, entretanto, é o fato de que a variedade de tamanhos reflete configurações diferenciadas do conteúdo na página. Uma vez que a inserção de textos, figuras e demais elementos têm seus limites impostos pelo formato e tamanho do suporte,

²⁹ História de Sergipe (Retrato) - 16 X 23,5 cm; Sergipe e o Brasil (Retrato) - 16 X 23,5 cm; Minha Terra, Minha Gente (Retrato) - 16 X 23,5 cm; Vamos conhecer Sergipe (Paisagem) - 27,5 X 20 cm; O novo Sergipe (Retrato) - 20 X 27,5 cm; Para conhecer a história de Sergipe (Retrato) - 18 X 23,5 cm; Sergipe nossa história (Quadrado) - 20,5 X 20,5 cm; Sergipe história e geografia (Retrato) - 20 X 27,5 cm.

³⁰ Esse é o tamanho padrão exigido nos editais do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, mantido pelo Governo Federal. Essa medida se adequa à impressão no tamanho econômico de 21 X 28 cm. Apenas o livro Sergipe: história e geografia (2007) tem esse tamanho.

³¹ Ver BOCCHINI, 2007, p. 245. Discordamos da opinião de Bocchini. Tanto nos livros didáticos utilizados no PNLD quanto nos de História de Sergipe que analisamos neste trabalho o tamanho não interfere na manipulação da obra; e o peso só deve ser levado em conta quando se observa a utilização de diversos livros em um mesmo período de aula, quando são carregados em conjunto.





por conseguinte, o conteúdo será organizado pelo diagramador³² e explorado e apropriado pelo aluno de forma também diversa em cada livro.

Chartier alerta para o fato de que os textos não sobrevivem fora dos suportes em que são inseridos. Não há compreensão descolada do formato em que o conteúdo se exprime. Dizendo de outra forma, a materialidade do impresso faz parte da maneira como o conteúdo será visualizado, lido – ou visto – e compreendido:

Contra a representação elaborada pela própria literatura e retomada pela mais quantitativa das histórias do livro – segundo a qual o texto existe em si mesmo, isolado de toda a materialidade – deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor (CHARTIER, 1998, p. 17).

Como primeira etapa do projeto gráfico, a definição do formato e tamanho do impresso é fundamental para a escolha dos outros elementos, uma vez que possibilitam, dificultam ou impedem a utilização de determinado tipo específico de encadernação, diagramação, tipos e tamanhos de imagens - principalmente relacionados à exibição de detalhes -, escolha da tipografia e disposição dos textos, uso de cores etc. Nos livros escolares, a definição do tamanho traz consequências ainda para o manuseio, dentro ou fora da sala de aula, bem como o transporte do manual por parte dos alunos e professores. Sendo, em alguns casos, o principal e, às vezes, único recurso didático utilizado, o formato e o tamanho do livro devem proporcionar que seja possível transportá-lo e manuseá-lo de forma fácil e prazerosa, estimulando o aprendizado.

Definido o formato e tamanho, o tipo de encadernação é escolhido – embora faça parte da última etapa do processo de produção, a definição do tipo de encadernação no projeto gráfico do livro orienta a escolha do tipo de capa³³, que por sua vez orienta o designer na escolha da melhor solução visual a ser aplicada.

³² É o profissional responsável pela distribuição gráfica de textos e imagens a serem utilizados em um impresso.

³³ Oliveira informa que “há basicamente, três tipos: a. Capa brochura - realizada com o mesmo papel do miolo ou com um tipo de papel mais encorpado e brilhoso (em geral, o couché), é típica da encadernação canoa, da lombada quadrada e livros com costura e cola. Em livros, é em geral utilizado o papel triplex, em torno de 250g/m². b. Capa dura - Rígida e adequada para publicações luxuosas ou que exijam resistência ao manuseio, consiste numa base





De acordo com Faria e Pericão (2008), a encadernação é a “operação de juntar as folhas de um livro, costurando o caderno e cobrindo o corpo do volume com uma capa mais grossa e sólida que a folha vulgar. Visa dar ao livro uma unidade material que facilite sua leitura e o preserve da destruição e perda” (Faria; Pericão, 2008, p. 280). Embora descrevam o processo como o ato de costurar o caderno, as próprias autoras listam mais uma centena de outras maneiras de encadernação com os mais diversos materiais.

Como todo processo ligado ao livro, a encadernação desenvolveu ao longo do tempo técnicas diferenciadas, ora por razões estéticas – edições luxuosas para reis, políticos ou ricos colecionadores –, ora por razões técnicas – barateamento dos custos de produção, facilidade de uso de materiais diferentes, modificação dos processos de produção dos impressos etc., embora mantendo características básicas dos primeiros códices³⁴.

O processo mais tradicional, de costura, já não aparece nos didáticos sergipanos da segunda metade do século XX. A partir da década de 1970 o uso do grampo e da cola³⁵ se generaliza e a última publicação utiliza uma tendência atual no mercado de livros escolares para as

cartonada ou de papelão sobre a qual é colada uma sobrecapa impressa um pouco maior que o formato aberto do volume. [...] A capa dura é utilizada, em geral, conjugada à encadernação com costura e cola e frequentemente com tela. c. Capa flexível (capa integral) - versão intermediária entre a capa dura e a brochura, sendo mais barata do que a primeira e mais resistente do que a segunda. [...] Em geral, é impressa com papel mais encorpado (em torno de 250 g/m²), podendo receber revestimentos como vernizes e laminações. Adequada para publicações de grande manuseio e/ou que exijam diferenciação e custo bem mais baixo do que a capa dura.” (OLIVEIRA, 2002, p. 111-112)

³⁴ “Primitivamente, era assim chamada a aglutinação de pequenas tabuinhas enceradas prontas para a escrita, presas numa das pontas por um fio que atravessava os orifícios aí existentes. Mais tarde designa o manuscrito em folhas de pergaminho ou papel encadernadas juntas, de modo semelhante ao de nossos livros” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 170).

³⁵ Faria e Pericão esclarecem que “a partir dos anos 40, o problema das colas foi objeto de trabalhos profundos e a química desemboca, dez anos mais tarde, no aparecimento de produtos adesivos e de colas com tempo de fixação conhecido e tempo de secagem determinado. Estes novos tipos de cola permitem a criação da verdadeira encadernação sem costura e, por consequência, a edição de obras em grande quantidade de baixo custo. De anos prá cá utilizam-se colas a que os ingleses chamam hotmelts, ou seja, cola à base de resinas de vinil, que se aplicam a altas temperaturas (cerca de 200 °C) e de fixação instantânea. Servem, sobretudo, para encadernação em cadeia, de alto rendimento (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 174).





crianças: o uso de espirais plásticas – material que embora diminua o tempo de vida útil do livro em relação aos outros tipos de encadernação, facilita o manuseio³⁶.

Nos livros que utilizam grampo e cola – História de Sergipe (1973), Sergipe e o Brasil (1973), Minha Terra, Minha Gente (1973) e O novo Sergipe (1986) – os grampos juntam as folhas para formar o caderno e a cola é usada para juntar o caderno à capa. Nos livros que utilizam somente cola – Vamos conhecer Sergipe (198-) e Para conhecer a história de Sergipe (1998) – as folhas soltas são unidas entre si e à capa num único processo utilizando a cola. No livro que utiliza somente grampo – Sergipe nossa história (2007) – as folhas que formam o caderno e a capa são unidos por um par de grampos, inseridos na dobra do livro. No livro que utiliza espiral plástica – Sergipe, história e geografia (2007) – as folhas soltas e a capa são perfuradas e unidas pela espiral.

Uma das causas prováveis para o maior uso da cola e do grampo é o baixo custo do material e a utilização de mão-de-obra não tão especializada, uma vez que a cola poder ser produzida na própria oficina gráfica e o processo de grampeamento é efetuado geralmente por uma máquina de fácil operação.

Do ponto de vista da conservação, a manipulação das fontes para a nossa pesquisa já demonstra diferenças significativas nos processos. Um exemplar de Meu Sergipe, de Elias Montalvão, publicado no início do século XX encontra-se em melhor estado de manuseio do que, por exemplo, os exemplares encadernados com cola de Vamos conhecer Sergipe, de Déborah Neves, ou Para conhecer a história de Sergipe, de Terezinha Oliva e Lenalda Andrade, publicados no final do século XX – mais de 70 anos depois do livro de Montalvão. Ambos apresentam descolamento das folhas – tendo o exemplar do livro de Neves que ser grampeado para evitar maior estrago, já que houve perda de algumas folhas e da própria capa ao longo do tempo.

Como já observamos, a produção da capa se deve muito às definições de formato, tamanho e tipo de encadernação escolhidas para o projeto gráfico do impresso. Muito mais que uma embalagem que envolve o livro, a capa é veículo de informação e indicação sobre o seu

³⁶ História de Sergipe (Grampo e Cola); Sergipe e o Brasil (Grampo e Cola); Minha Terra, Minha Gente (Grampo e Cola); Vamos conhecer Sergipe (Cola); O novo Sergipe (Grampo e Cola); Para conhecer a história de Sergipe (Cola); Sergipe nossa história (Grampo); Sergipe história e geografia (Espiral).





conteúdo. Nos livros didáticos de história de Sergipe, as capas se prestam, ainda, a representar uma determinada identidade, ligada às delimitações espaciais e culturais nas quais diversos acontecimentos considerados dignos da narrativa histórica local tiveram lugar e se tornaram parte do que hoje conhecemos como história de Sergipe. Vejamos os elementos gráfico-editoriais presentes nas capas dos nossos manuais.

As capas de História de Sergipe, Sergipe no Brasil e Minha terra, minha gente, de autoria de Acrísio Torres, trazem a mesma composição gráfica: um retângulo horizontal na cor vermelha no topo da página; sobre o retângulo o nome do autor, o título da obra, área de estudos, indicação da série a qual se destinam, todos em caixa-alta³⁷, sem serifas³⁸; um fio na cor branca separa o retângulo da fotografia em cores da cidade de Aracaju, ocupando quase toda a área de impressão. O destaque para o título, em cor amarela e tipos em caixa-alta, chama a atenção e antecipa o conteúdo. A fotografia aérea de Aracaju evoca a dupla característica de mostrar o quanto a cidade cresceu e a possibilidade “infinita” do crescimento, representada pela linha do horizonte. Esse traço se evidencia quando o livro é aberto, mostrando capa e contracapa, com a foto completa reforçando a idéia do crescimento, da modernização e do futuro promissor. Outra característica presente nas capas dos três livros de Acrísio Torres é o contraste entre as cores quentes³⁹ no topo da página – o vermelho do retângulo e o amarelo dos títulos – e os tons frios da fotografia, em especial o azul do céu. A capa utiliza recursos simples de composição, usando apenas uma família de tipos⁴⁰ e uma transição nítida entre imagem e elementos textuais, utilizando as cores para contrastar tais elementos.

³⁷ “Nome tipográfico das maiúsculas. O nome vem da divisão das caixas onde os tipos para a composição manual dos textos eram guardados. Usa-se caixa-alta por oposição a caixa-baixa porque as letras maiúsculas ficavam na divisão de cima (a caixa alta) e as minúsculas na de baixo (a caixa baixa)” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p. 122).

³⁸ “Elemento decorativo que apresentam as hastes de alguns caracteres de imprensa. Remate da letra” (FARIA, PERIÇÃO, 2008, p. 664).

³⁹ Vermelho amarelo e laranja. As cores frias são violeta, azul e verde.

⁴⁰ “Conjunto de tipos e corpos de um mesmo desenho ou traço, ou seja, do mesmo estilo. Numa obra devem empregar-se sempre tipos da mesma família ou variedades dela. Em tipografia, conjunto de fontes (desenho de letras) com as mesmas características fundamentais, independentemente das suas variações (por exemplo, negrito, itálico, redondo). Há uma enorme variedade de famílias de tipos, frequentemente com origem no nome dos seus





A capa de *O novo Sergipe*, de Genialda Matos Oliveira, traz três fios em forma de L invertido e com espessuras e cores diferentes ocupando o lado direito e a parte inferior da página; sobre os fios a indicação da série a qual se destina e um “carimbo” com informações sobre o uso do livro – do lado direito -, na parte inferior um retângulo branco com contorno em preto com as informações da edição e a marca do Banco Central do Brasil; na parte superior, o título da obra em caixa-alta na cor azul, tipo com serifa curta, seguido do nome da autora em caixa-alta e caixa-baixa no mesmo tipo do título. No centro da página uma fotografia em cores mostrando uma praia com jangadas. Aqui também o título pretende destacar o conteúdo, remetendo à idéia do novo e, provavelmente, melhor. A fotografia, no entanto, não remete a elementos presentes na experiência sergipana. Embora as praias e os coqueiros façam parte da paisagem de Sergipe, as jangadas mostradas na imagem não o são. A capa utiliza recursos simples de composição, faz uso de famílias de tipos diferentes, mas mantém o contraste evidente entre elementos de imagem e textuais. As cores remetem á bandeira de Sergipe, tendo função basicamente estética na composição.

A capa de *Para conhecer a história de Sergipe*, de Terezinha Oliva e Lenalda Andrade, reproduz um painel do artista plástico sergipano Caã servindo de fundo para a inclusão do título da obra, em caixa-alta sem serifa – o nome “Sergipe” se destaca em corpo⁴¹ maior, na cor azul com contorno branco – na parte central da página; no canto inferior direito estão os nomes das autoras, em caixa-alta e caixa-baixa, sem serifa. A imagem apresenta diversos elementos: danças folclóricas, vendedora de frutas, pescador, as construções coloniais que reportam às cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras, um pomar de laranjas e uma formação ao fundo que remete à Serra de Itabaiana.

criadores (Bodoni, Garamond, Elzevier), ou da sua origem (romano, gótico) ou no veículo para que foram criados (Times)” (FARIA, PERICÃO, 2008, p. 327).

⁴¹ “Tamanho dos caracteres de imprensa expresso em pontos referidos a um sistema de medida tipográfica. Altura da superfície do caractere tipográfico no qual se encontra o olho da letra. Mede-se em pontos tipográficos: a letra que tem seis pontos de altura é de corpo 6 e assim por diante” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 205).





A capa de *Sergipe nossa história*, de Antônio Wanderley, Marcos Vinícius e Luiz Fernando alude à bandeira de Sergipe, representada por uma faixa amarela que ocupa pouco mais da metade da capa – onde está disposto o título da obra, na parte superior esquerda, em caixa-alta sem serifa, seguida da palavra “Ensino fundamental” em caixa-alta e caixa-baixa, sem serifa; os nomes dos autores estão na parte inferior esquerda, em caixa-alta e caixa-baixa sem serifa. No lado direito uma faixa azul recebe as cinco estrelas também presentes na bandeira sergipana. Sobre as faixas, no centro da capa, está disposta uma fotografia em cores com vista da cidade histórica de São Cristóvão. Essa capa utiliza um *dégradé*⁴², recurso pouco comum nos livros compostos manualmente, uma vez que o efeito necessitava de habilidade técnica de manejo de retículas, mas enormemente facilitado com os recursos disponíveis nos softwares de composição utilizados nos computadores, dos quais o livro fez uso. A utilização da cor amarela na maior parte da área de impressão fornece à capa grande possibilidade de chamar a atenção. Os elementos textuais e imagéticos não se fundem, mantendo uma organização individualizada, sendo ligados apenas pelas referências subjetivas sobre Sergipe (a bandeira, o título e a imagem da cidade de São Cristóvão).

A capa de *Sergipe história e geografia*, de Celme Farias e Eduardo Frigoletto, traz o nome dos autores na parte superior da página, em caixa-alta e caixa-baixa sem serifa – ao lado do nome dos autores a indicação de “livro consumível”; o título da obra aparece logo abaixo: o nome “Sergipe”, em caixa-alta e caixa-baixa sem serifa e os nomes “História e Geografia”, em caixa-alta sem serifa sobre um retângulo horizontal; uma imagem em cores ocupa quase todo o restante da página: uma fotografia da ponte ligando os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, com a inserção de desenhos de figuras humanas sobre barcos atracados; no canto inferior direito está inserida a marca da editora. A capa utiliza o contraste de cores para diferenciar os elementos: um fundo verde claro onde são inseridos textos em tons de laranja e verde escuro, e a fotografia noturna. A composição da imagem fundindo fotografia e desenho é um recurso bastante comum

⁴² “Que vai gradativamente perdendo intensidade ou adquirindo novos matizes ou nuances (diz-se de cor ou iluminação)” (HOUAISS, 2001).





nos livros que utilizam a composição digital através de programas de computador e possibilita efeitos diversos.

Conclusão

Um traço característico das capas dos livros aqui analisados é a utilização de cores em todas elas – embora alguns livros tragam o conteúdo interno em somente uma cor. A predominância é de capas ilustradas com fotografia, com exceção de Para conhecer a história de Sergipe, de Terezinha Oliva e Lenalda Andrade, com a reprodução de uma pintura.

Como porta de entrada dos livros, as capas trazem elementos que evocam funções cognitivas auxiliares na introjeção dos conteúdos: o destaque nos títulos de palavras significativas, tais como “Sergipe”, “meu” e “nossa”, buscam uma referência direta com ao pertencimento do aluno a um espaço específico que será estudado; a utilização de cores quentes – como o amarelo, laranja e vermelho –, responsáveis por despertar nas crianças uma experiência visual mais dinâmica – uma vez que a acomodação do cristalino é diferenciada dos adultos⁴³ – e conseqüentemente responsável por uma maior atenção; ou a utilização de referências visuais, evocando um objeto ausente por meio da lembrança de sua imagem – como as fotografias de Aracaju e São Cristóvão. Nem sempre de intenção explicitada - seja por autores ou editores -, podemos presumir a importante função que esses elementos desempenham na aprendizagem da história Sergipana.

Os livros didáticos de História de Sergipe foram produzidos em “tempos gráficos” distintos, nos quais se observam mudanças na maneira de compor e finalizar o impresso. A variedade de formas de utilização dos elementos indica que a produção gráfica desses manuais segue mais as tentativas experimentais dos editores de arte e designers do que uma teorização acerca dos modos como o elementos gráfico-editoriais podem auxiliar no processo de aprendizagem.

⁴³ Cf. Guimarães, 2004, p. 23-24.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Fontes

ARAÚJO, Acrísio Torres de. História de Sergipe. Salvador: Editora do Brasil na Bahia, 1973a.

ARAÚJO, Acrísio Torres de. Minha terra, minha gente. Salvador: Editora do Brasil na Bahia, 1973b.

ARAÚJO, Acrísio Torres de. Sergipe e o Brasil. Salvador: Editora do Brasil na Bahia, 1973c.

CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo; ANJOS, Marcos Vinicius Melo dos; CORRÊA, Luiz Fernando de Melo. Sergipe nossa história. Aracaju: Edição dos autores, 2007.

MEDEIROS, Celme Farias; MENEZES, Eduardo Frigoletto de. Sergipe história e geografia. São Paulo: Editora do Brasil, 2007.

NEVES, Déborah. Vamos conhecer Sergipe. [São Paulo:], 198[?].

OLIVEIRA, Genialda Matos. O novo Sergipe. São Paulo: IBEP, 1986.

SANTOS, Lenalda Andrade; OLIVA, Terezinha Alves de. Para conhecer a história de Sergipe. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

Referências

BARBIER, Frédéric. História do livro. Coordenação, tradução e revisão técnica de Valdir Heitor Barzotto e outros. São Paulo: Paulistana, 2008.

BELO, André. História & livro e leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação – Série Ensino Fundamental).

_____. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOCCHINI, Maria Otília. Legibilidade visual e projeto gráfico na avaliação de livros didáticos pelo PNLD. In: Anais do Simpósio Internacional Livro Didático: História e Leitura. São Paulo: USP/FEUSP, 2007. p. 241-258.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. A mediação editorial. In: Os desafios da escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 61-76.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

_____. O mundo como representação. Estud. av. [online]. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191. ISSN 0103-4014.

_____. Os desafios da escrita. São Paulo: UNESP, 2002.

COLLARO, Antônio Celso. Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. Didáticos de história de Sergipe: 100 anos. Gazeta de Sergipe, Aracaju, 8, 10, 12, 13 e 20 nov. 1998.

COUTINHO, Solange Galvão; SILVA, José Fábio Luna da. Linguagem visual em livros didáticos infantis. Anais do XV Encontro Nacional da ANPAP. Salvador, 2006. <Disponível em <http://www.unifacs.br/anpap/autores/168.pdf>>. Acesso em: 11/06/2007.

DIÉGUEZ, J. L. Rodríguez. Las funciones de la imagen em la enseñanza. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1977.

DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

2398





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. O aparecimento do livro. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 531-545, set/dez, 2004.

FONSECA, Joaquim da. Tipografia & design gráfico: design e produção gráfica de impressos e livros. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. Livros didáticos e paradidáticos de História. In: Didática e prática de ensino de História. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2003. p. 49-57.

_____. O estudo da história local e a construção de identidades. In: Didática e prática de ensino de História. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2003. p. 153-161.

_____. Caminhos da história ensinada. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 1993. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

FREITAS, Itamar. Brevíssimo histórico sobre o livro didático de história de Sergipe. In: Negros, brancos e índios: ideologia e poder nos manuais didáticos de História. Palestra proferida na Universidade Tiradentes, dentro do Seminário de História e Cultura Africana. Aracaju, 13 set. 2005. Disponível em <http://itamarfo.blogspot.com>. Acesso em 01/11/2010.

_____. (org.). História regional para a escolarização básica no Brasil: o texto didático em questão (2006/2009). São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2009.

_____. O livro didático de história de Sergipe. Jornal da Cidade, Aracaju, 29-30 jan. 2001.

FREITAS, Itamar; GALLY, Christiane; MENEZES, Hermeson. Livros de História Regional para a Educação Básica: reflexões e estratégias de avaliação. In: Anais Eletrônicos do Seminário Nacional História Popular do Nordeste. São Cristóvão: UFS/HPOP, 2007.

GATTI JR., Décio. A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru/SP: EDUSC, 2004. (Coleção Educar).

GUILHERME, H. Faria. Pequeno Dicionário de Editoração. Fortaleza: EUFC, 1996.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

HASLAM, Andrew. O livro e o designer II: como criar e produzir livros. São Paulo: Edições Rosari, 2007.

HEITLINGER, Paulo. Legibilidade do texto impresso. In: Cadernos de Tipografia e Design. n. 3. set 2007. p. 24-37.

HEITLINGER, Paulo. O que é “legibilidade”? In: Cadernos de Tipografia e Design. n. 3. set 2007. p. 19-20.

HEITLINGER, Paulo. Qual a fonte mais apropriada para criança? In: Cadernos de Tipografia e Design. n. 2. jul 2007. p. 15-20.

LEITE, Juçara Luzia. Construção identitária e livro didático regional de História: uma prática geracional de escrita de si. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. p. 189-197.]

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História & ensino de História. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 2 ed. il. rev. e atual. São Paulo: Editora Ática, 1996.

2399





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

MÁSCULO, José Cassio. A coleção Sérgio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de História. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFURN, 2007. p. 109-113.

MENEZES, Hermes Alves de. Breve estudo sobre representações nas capas de livros didáticos de história regional para o ensino fundamental. In: Anais do Congresso Ibero-Americano de História da Educação na América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Linguagem visual e aprendizagem: um estudo das soluções gráficas em livros didáticos de História para as séries iniciais do ensino fundamental. Anais do VI Encontro Perspectivas Sobre Ensino de História. Natal/RN: UFRN, 2007.

_____. Matriz para a análise de projetos gráficos de livros didáticos. In: FREITAS, Itamar (Org.). História regional para a escolarização básica no Brasil: o texto didático em questão (2006/2009). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009. p. 123-136.

MONTALVÃO, Elias. Meu Sergipe. Aracaju: Typografia Editora Nelson Vieira, 1916.

MUNAKATA, Kazumi. Como se faz livro, inclusive didático e paradidático. In: Produzindo livros didáticos e paradidáticos. São Paulo, 1997, Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NIKITIUK, Sônia Maria L. Por que livros regionais de História? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFURN, 2007. p. 199-206.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. A zona do indeterminado: pensando autor, autoria, produção e consumo de livros didáticos. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFURN, 2007. p. 67-73.

OLIVEIRA, Marina. Produção gráfica para designers. 2 ed. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2002. Série Oficina.

PINTO JR., Arnaldo. Livros didáticos de História para as séries iniciais do ensino fundamental: entre propostas estimulantes e abordagens tradicionais. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFURN, 2007. p. 161-167.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. Viajando com Bomfim e Bilac - Através do Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2003.

SANTOS, Vera Maria dos. A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2004.

SIMAN, Lana Mara de Castro; LIMA E FONSECA, Thais Nívia de (orgs.). Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAIMELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. p. 137-149.

